



1 **Ata da sessão de Audiência Pública para apresentação da Proposta do Edital de**
2 **Licitação para concessão florestal da Floresta Nacional de Humaitá, realizada em**
3 **21 de novembro de 2019 em Humaitá, estado do Amazonas.**

4
5 Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta
6 e nove minutos, membros da população local, empresários do setor madeireiro,
7 representantes da sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal do
8 Governo se reuniram no Auditório Castanheira do Instituto de Educação, Agricultura e
9 Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), localizada na Rua Vinte e
10 Nove de Agosto, 786, Centro do Município de Humaitá, no estado do Amazonas, para
11 participar da audiência pública organizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para
12 apresentação da proposta do edital de licitação para concessão florestal da Floresta
13 Nacional de Humaitá. Iniciando o evento, **Robson Luís Bueno Vieira**, servidor do
14 Serviço Florestal Brasileiro e mestre de cerimônias fez a abertura dando as boas-vindas
15 aos presentes e ressaltando que a audiência pública se trata de um processo
16 transparente, que tem por objetivo a comunicação entre os vários setores da sociedade
17 e autoridades públicas. Em seguida, Robson Luís Bueno Vieira convidou para presidir
18 a mesa o Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal
19 Brasileiro, Senhor **Paulo Henrique Marostegan de Carneiro**. Ato contínuo, Robson
20 convidou para compor a mesa o Secretário de Gabinete da Prefeitura Municipal de
21 Humaitá. Senhor **Elias Pereira**, a Coordenadora Regional em Porto Velho do Instituto
22 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Senhora **Simone Nogueira**
23 **dos Santos**, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Sustentável
24 (SEMDAS), Senhor **Elenilson de Jesus Passos**. O cerimonialista agradeceu e
25 convidou o representante da Universidade Federal do Amazonas, Senhor **Marcelo**
26 **Dayron R. Soares**, que gentilmente cedeu o espaço para a realização da audiência
27 pública. Em seguida, Robson Vieira passou a palavra para o Senhor **Paulo Carneiro**
28 que deu as boas-vindas aos participantes agradecendo novamente a Universidade
29 Federal por ter disponibilizado o espaço e apoiado na organização da audiência. Paulo
30 passou a palavra ao Senhor **Marcelo Dayron**, que deu bom-dia a todos, agradecendo
31 ao convite e informando que a Universidade se encontra de portas abertas. Marcelo
32 ressaltou que o campus de Humaitá é o único campus fora da sede que possui dois
33 cursos de pós-graduação, um em Ciências da Humanidade, outro em Ciências
34 Ambientais, além do curso de graduação em Engenharia Ambiental. Ressaltou que, a
35 partir da concessão, a empresa vencedora poderá contar com a parceria da
36 Universidade, tanto para a seleção de estagiários quanto para a realização de pesquisas
37 e projetos de extensão. **Paulo Carneiro** agradeceu e passou a palavra para o Senhor
38 **Elias Pereira** que, em nome do Prefeito do município de Humaitá, recepcionou a todos,
39 desejando que a discussão fosse um marco no desenvolvimento do município de
40 Humaitá e região. Elias justificou a ausência do Prefeito que se encontra no município
41 de Manaus, em um evento com o Governador do Estado do Amazonas, e do vice-
42 prefeito que, em função de compromissos assumidos anteriormente, não pôde
43 comparecer. O Secretário de Gabinete ofertou todo apoio da Prefeitura de Humaitá ao
44 processo de licitação para concessão florestal, informando que o Gabinete do Prefeito
45 se encontra à disposição do Serviço Florestal Brasileiro. Elias agradeceu às instituições
46 e órgãos presentes pela participação enfatizando a importância da audiência para o
47 município e população. **Paulo Carneiro** retomou a palavra agradecendo ao Instituto
48 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em nome da servidora Simone



49 Nogueira. Enfatizou que a concessão florestal é uma atividade que não pode ser
50 construída por uma só instituição e que o avanço para realizar tal processo tem tido
51 intenso apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,
52 implementando as atividades de sua atribuição, como a elaboração do Plano de Manejo
53 e a construção de acordos com as populações residentes na unidade de conservação
54 em questão. Paulo Carneiro agradeceu todo o trabalho feito previamente pelo órgão.
55 **Simone Nogueira** deu bom-dia a todos ressaltando o prazer de estar novamente no
56 município com uma missão tão importante para o local e, principalmente, para a Floresta
57 Nacional de Humaitá que tem o manejo florestal como uma de suas prioridades,
58 enquanto Floresta Nacional. Simone Nogueira lembrou que a atividade do manejo
59 sustentável está prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC),
60 contemplando de uma forma satisfatória a conclusão do trabalho de Plano de Manejo,
61 que foi construído com muito cuidado e ênfase em proporcionar para a Floresta Nacional
62 condições necessárias para cumprir sua missão, nesse caso específico, que é
63 implementar a concessão florestal. A coordenadora se colocou à disposição enfatizando
64 que o órgão está caminhando ombro a ombro com a população de Humaitá para trazer
65 desenvolvimento com responsabilidade ambiental. **Elenilson Passos**, em nome do
66 Prefeito, saudou a mesa e a todos. Informou que se encontrava duplamente feliz por
67 fazer parte da audiência e por essa acontecer no espaço da Universidade Federal do
68 Amazonas. Elenilson colocou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental e
69 Sustentável à disposição no que for necessário para o fornecimento de dados. O
70 Secretário ressaltou que o município de Humaitá, mais uma vez, se orgulha de reunir
71 diversas entidades e sociedade civil para discutir um assunto de extrema importância
72 para a cidade, pediu aos participantes que não guardassem para si nenhuma dúvida em
73 relação à proposta desejando uma manhã proveitosa a todos. **Paulo Carneiro**, em
74 nome da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Teresa Cristina, e do Diretor
75 Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Valdir Colatto, cumprimentou novamente a todos,
76 entidades, sociedade civil e órgãos federais, enfatizando que o processo de
77 implementação da concessão florestal é um trabalho feito por muitas mãos. O Diretor
78 informou que a audiência é o momento em que são apresentados os estudos
79 consolidados para a sociedade com foco em receber contribuições, enfatizando que não
80 se trata de uma proposta pronta para ser validada, mas sim uma construção conjunta
81 com todos envolvidos e interessados, respeitando os limites legais que já existem. Paulo
82 Carneiro informou que o Serviço Florestal Brasileiro já está finalizando o processo de
83 consulta pública da Floresta Nacional do Amapá, no qual mais de trinta contribuições
84 foram absorvidas, demonstrando assim o quanto o órgão está aberto para melhorar e
85 agregar valor aos contratos. O Diretor lembrou que já esteve na região e conversou
86 com vários representantes no momento da ampliação das unidades de conservação da
87 BR-230 e entende que agora estão cumprindo o objetivo de criação da Floresta Nacional
88 de Humaitá. Ressaltou que o Serviço Florestal Brasileiro recebeu como missão da
89 Ministra e do Diretor Geral ampliar as áreas de concessão, atualmente, com um milhão
90 de hectares de áreas concedidas para quatro milhões de hectares até dois mil e vinte e
91 três. Informou que, além da Flona de Humaitá, também estão previstas no planejamento
92 do órgão para as próximas concessões: a Floresta Nacional do Jatuarana, a Floresta
93 Nacional de Balata-Tufari e a Floresta Nacional do Iquiri. Paulo Carneiro ressaltou que
94 várias propostas estão sendo construídas simultaneamente para o fortalecimento da
95 economia da região. Agradecendo novamente a presença de todos, o Diretor ressaltou
96 que a audiência não é a única etapa da consulta pública, mas sim um dos momentos
97 dessa, que se iniciou há quinze dias com a disponibilização dos documentos no site do



98 Serviço Florestal Brasileiro. Paulo Carneiro destacou que a consulta pública ficará
99 aberta até o dia dez de janeiro de dois mil e vinte para receber contribuições, enfatizando
100 que paralelamente à consulta foram abertos outros dois canais de conversa com a
101 sociedade, um com o Conselho da Unidade de Conservação e outro com as etnias
102 indígenas Tenharim e Jiahui. **Robson Vieira** informou que a audiência tem previsão de
103 duração de três horas, podendo ser estendido a critério do Serviço Florestal Brasileiro.
104 Caso ocorra agressão verbal ou tentativa de agressão física, o Serviço Florestal
105 Brasileiro poderá reduzir o tempo de duração ou encerrar a mesma. O servidor informou
106 que o registro da audiência será feito de três formas, sendo essas: pela gravação de
107 imagem, gravação de som e pela Ata da audiência, sendo esta lavrada de forma
108 circunstanciada e disponibilizada no site do Serviço Florestal Brasileiro no prazo de
109 quinze dias após a realização da audiência. Robson Vieira lembrou aos participantes de
110 assinarem a lista de presença, ressaltando que é um documento fundamental para
111 comprovação da realização audiência. O servidor informou que a audiência conta com
112 a participação da Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro, por meio da ouvidora
113 Senhora Fernanda Campos que, durante o evento, estará realizando atendimento
114 presencial, enfatizando que a Ouvidoria é o canal oficial de comunicação do Serviço
115 Florestal Brasileiro com a sociedade, sendo responsável por receber reclamações,
116 sugestões, solicitações, elogios e denúncias sobre o Serviço Florestal Brasileiro e suas
117 atividades. Robson Vieira informou que aqueles que não se sentirem à vontade de ir ao
118 atendimento presencial podem entrar em contato por meio do e-mail:
119 ouvidoria@florestal.gov.br e, também, pelo telefone: (61) 2028-7120. Robson Vieira
120 agradeceu a presença da Senhora Nislene Molina representando a Agência de Defesa
121 Agropecuária do Estado do Amazonas e da Senhora Waldelice Salgado representando
122 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas. Proferiu um agradecimento
123 especial ao Senhor Bosco do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM),
124 ao Senhor Nã Batista representando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma
125 Agrária (INCRA), aos representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI),
126 comunitários, servidores do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) e servidores do Serviço
127 Florestal Brasileiro pelo apoio para tornar possível este dia, passando a palavra para o
128 Senhor **Paulo Carneiro**, que deu início a apresentação da proposta do edital. O Diretor
129 fez um breve histórico do Serviço Florestal Brasileiro, e, em seguida, exibiu um vídeo, a
130 fim de explicar como funciona o manejo florestal madeireiro, ressaltando que a atividade
131 é realizada no mundo inteiro, sendo reconhecida como uma poderosa ferramenta para
132 a conservação e para a manutenção da floresta em pé. Paulo Carneiro explicou o que
133 é uma concessão florestal, lembrou que na Região Norte existe um número
134 significativo de áreas de florestas públicas, ressaltando que até o ano de dois mil e seis
135 não havia uma legislação que desse permissão para uma empresa privada realizar o
136 Manejo Florestal Sustentável (MFS) em uma área pública. O Diretor enfatizou que os
137 principais objetivos de uma concessão são: gerar emprego e renda, evitar o
138 desmatamento ilegal, aumentar a oferta de madeira legalizada e trazer benefícios como
139 a segurança jurídica e fundiária, incentivar a capacitação de mão de obra local, a
140 manutenção da floresta em pé, entre outros. Paulo Carneiro ressaltou que a concessão
141 florestal não inclui alteração de titularidade da terra, de modo que a área sempre será
142 pública e unidade de conservação. O Diretor explicou que a concessão possibilita, por
143 meio de contrato, que um ente privado possa manejar a área, porém a concessão não
144 inclui direito a explorar o subsolo, corpos hídricos e serviços ambientais, nem direito a
145 caça ou pesca, por exemplo. Paulo Carneiro também enfatizou que o concessionário
146 não compete com os comunitários em relação a extração de produtos não madeireiros



147 de uso tradicional. Para reforçar a apresentação, Paulo Carneiro citou o exemplo das
148 concessionárias Amata S.A e Madeflona Industrial Madeireira, que foram as primeiras
149 empresas assinar contratos de concessão com o Serviço Florestal Brasileiro, há dez
150 anos. O diretor informou que o Serviço Florestal Brasileiro ainda não possui nenhum
151 contrato de concessão no Estado do Amazonas. Em seguida, o Diretor apresentou a
152 Floresta Nacional de Humaitá, uma Unidade de Conservação Federal com mais de
153 quatrocentos e setenta e dois mil hectares, com Plano de Manejo aprovado no ano de
154 dois mil e dezoito, localizada no município de Humaitá, com trezentos e dez mil hectares
155 destinados para o manejo florestal. Paulo Carneiro ressaltou que no Plano de Manejo
156 da Unidade de Conservação foi excluída da proposta de concessão uma área de
157 sobreposição com indígenas da etnia Jiahui, não havendo risco de sobreposição com
158 áreas populacionais ou áreas de preservação. O Diretor apresentou a proposta de dividir
159 a área de trezentos e dez mil hectares em cinco Unidades de Manejo Florestal, sendo
160 um contrato para cada unidade, citando uma estimativa de produção de cento e
161 cinquenta mil metros cúbicos de exploração madeireira. O Diretor enfatizou que existe
162 a expectativa de geração de seiscentos e vinte empregos diretos e um mil duzentos e
163 quarenta empregos indiretos a partir desta concessão. Paulo Carneiro informou que em
164 relação ao tamanho das áreas de Unidades de Manejo Florestal (UMF), a proposta
165 define para a UMF I uma área com cerca de trinta e sete mil hectares, para as UMF II,
166 III e IV áreas com cerca de sessenta mil hectares, e UMF V com pouco mais de noventa
167 mil hectares, ressaltando que todas as informações em relação à descrição e
168 localização das Unidades de Manejo Florestal se encontram nos anexos do edital. O
169 Diretor informou ainda que nos anexos do edital podem ser encontradas outras
170 informações como a análise de antropismo, orientações para processamento das
171 garantias, regras de visitação às UMF e modelos de declarações. Paulo Carneiro
172 explicou que para concorrer no processo de licitação, o concessionário deve atender
173 alguns requisitos como o não emprego de menores de dezoito anos, a inexistência de
174 pendências na área ambiental, além de ter aptidão financeira para tocar o contrato, entre
175 outros. Paulo Carneiro apresentou os indicadores do edital, que são incentivos dados
176 pelo Serviço Florestal Brasileiro para o concessionário buscar algumas metas
177 específicas. Os Indicadores foram divididos em indicadores classificatórios e
178 indicadores bonificadores. Os Indicadores classificatórios incluem as práticas que o
179 concessionário é obrigado a adotar, sendo esses: indicadores de menor impacto
180 ambiental, o qual prevê a implantação e manutenção de um sistema de desempenho e
181 certificação de qualidade; indicador de investimento na proteção da floresta, no qual o
182 concessionário se compromete a investir, de cinquenta centavos a um real por hectare
183 na proteção da floresta; indicador de maior benefício social, no qual o concessionário
184 se compromete a destinar um valor por hectare para projetos de infraestrutura, bens e
185 serviços para comunidade local; indicador de maior eficiência, com a adoção de
186 inovações técnicas para Manejo Florestal; indicador de maior agregação de valor, que
187 trata do grau de processamento local da produção florestal. O Diretor explicou também
188 os Indicadores de Bonificação. Eles representam um desconto sobre o valor da madeira
189 em tora, concedido em função do bom desempenho do concessionário. Segundo o
190 Diretor, para esse edital o Serviço Florestal escolheu seis indicadores de Bonificação,
191 quais sejam: a capacitação dos empregados, em que o concessionário recebe um
192 desconto de até 15% no ágio do que ele pagou na madeira; a capacitação em atividades
193 produtivas para as comunidades do entorno, gerando um desconto também de 15%; o
194 aproveitamento de resíduos florestais, gerando um desconto de 25% do ágio; o
195 monitoramento da dinâmica do crescimento da floresta; a redução de danos decorrentes



196 da exploração florestal e o apoio e participação em projetos de pesquisa, ambos
197 gerando um desconto também de 25%. Paulo Carneiro destacou que os bonificadores
198 podem trazer um grande impacto positivo localmente O Diretor informou que o vencedor
199 do contrato deve ressarcir o Governo Federal pelos custos do edital, sendo um dos
200 anexos do edital de licitação a prestação de contas de todos os gastos do Serviço
201 Florestal Brasileiro. Ressaltou que esse custo é dividido pelas Unidades de Manejo
202 Florestal (UMF) e que existe uma ressalva em lei que incentiva as micro e pequenas
203 empresas a concorrerem, que é a isenção do ressarcimento desses gastos. Paulo
204 Carneiro explicou que existe um mecanismo de garantia nos contratos que pode ser por
205 seguro, fiança, por imóvel e ressaltou que a garantia representa um custo importante e
206 devido a sua complexidade deve ser observada com atenção pelos concorrentes. O
207 Diretor disse que o Serviço Florestal Brasileiro recebeu diversos questionamentos sobre
208 possíveis impactos que a concessão pode resultar, como o desvio de madeira e a
209 degradação da Flona de Humaitá e afirmou sentir segurança em dizer que o Serviço
210 Florestal Brasileiro) tem acompanhado os contratos, através de um conjunto de
211 ferramentas, citando-se o exemplo de dois sistemas de detecção de corte seletivo,
212 sendo um alerta para comparar se o concessionário está mesmo cumprindo as regras
213 do contrato, ou se ocorrem ilícitos na área. Paulo Carneiro citou que em dez anos de
214 concessão, no estado de Rondônia, houve apenas um caso de rescisão de contrato
215 ressaltando que, para não sobrecarregar o concessionário, nos primeiros anos, há uma
216 redução no Valor Mínimo Anual (VMA) para 5%, valor esse que segue até o terceiro ano
217 de contrato, quando o concessionário começa a pagar o VMA de 30%, Paulo Carneiro
218 ainda informou que no caso da Flona de Humaitá, uma Unidade de Conservação, 20%
219 do que for arrecadado irá para o município de Humaitá e 20% para o estado do
220 Amazonas. O Diretor explicou que o município pode acessar o recurso através da
221 elaboração de projetos, que deverão ser submetidos à aprovação do Conselho
222 Municipal de Meio Ambiente. Em seguida, Paulo Carneiro exibiu um vídeo apresentando
223 o Manejo Florestal que é realizado na Floresta Nacional do Jamari. Após a exibição do
224 vídeo, o Diretor enfatizou que o cronograma planejado pelo Serviço Florestal Brasileiro
225 é de que o edital de licitação da Flona de Humaitá seja publicado no fim do primeiro
226 semestre de dois mil e vinte, finalizou enfatizando que o canal da ouvidoria e e-mail do
227 Serviço Florestal Brasileiro estariam abertos para contribuições ao processo de
228 licitação. Dando continuidade à audiência pública **Robson Vieira**, mestre de cerimônias,
229 abriu espaço para os participantes levantarem questionamentos. Senhor **Adalcir**,
230 professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), primeiro parabenizou o
231 Serviço Florestal Brasileiro pelo evento e ressaltou que ele faz parte da sociedade que
232 vive no município de Humaitá, compartilhou sua preocupação de que a concessão
233 possa causar certo impacto na maneira como a comunidade local irá viver e, também,
234 em relação à distribuição dos recursos. Senhor Adalcir questionou de que forma o
235 Executivo e o Legislativo irão ter transparência com a comunidade, relatando que
236 atualmente não existe transparência e sugeriu que sejam fortalecidos os canais de
237 comunicação com a sociedade. Senhor **Marcos Danilo**, representante da Terra
238 Assessoria, ressaltou que o Senhor Paulo Carneiro citou em sua apresentação um
239 exemplo da Flona do Jamari, informando que nessa foram excluídas da concessão
240 florestal as áreas de mineração e questionou se, para a Flona de Humaitá já foram
241 avaliados esses limites. Senhor **Maykon Rodrigues**, Engenheiro Florestal da Pleno
242 Consultoria, do município de Humaitá expôs que é de ciência da população que a
243 concorrência para aquisição da concessão é baseada em valores e questionou se há
244 possibilidade de delimitar áreas menores para que empresas de pequeno porte possam



245 concorrer e qual critério que tem sido utilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro para
246 delimitar o tamanho das Unidades de Manejo Florestal. Respondendo à pergunta do
247 participante Maykon Rodrigues, **Paulo Carneiro** explicou que o tamanho das Unidades
248 de Manejo Florestal está definido no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) e que
249 nos editais de concessão deve conter pelo menos uma Unidade de Manejo Florestal
250 com quarenta mil hectares, sendo esta considerada uma Unidade de Manejo Florestal
251 pequena, mas que atende ao consumo de uma serraria. O Diretor explicou que ao
252 adotar áreas menores pode-se correr o risco de o ciclo não fechar e não se ter madeira
253 suficiente para exploração. Ainda assim o Diretor ressaltou que os interessados podem
254 sugerir alterações na quantidade de Unidades de Manejo Florestal e que essas serão
255 avaliadas pelo Serviço Florestal Brasileiro. Paulo Carneiro citou como exemplo a
256 proposta de concessão da Floresta Nacional do Amapá, na qual a princípio eram
257 propostas três Unidades de Manejo Florestal, porém a população sugeriu sete, e depois
258 de analisar a proposta o Serviço Florestal Brasileiro definiu quatro Unidades de Manejo
259 Florestal. Respondendo à pergunta do participante Marcos, **Paulo Carneiro** explicou
260 que algumas Unidades de Conservação, foram criadas há muitos anos e foram sendo
261 alteradas ao longo do tempo, conforme a legislação vigente. O Diretor explicou que este
262 é o caso da Flona do Jamari, que possui algumas áreas que já eram reservadas a
263 mineração e passaram a ser Flona, por isso existe a permissão para tal exploração, mas
264 que essa situação não é a realidade de todas as Florestas Nacionais. O Diretor explicou
265 que no caso da Flona de Humaitá não são permitidas atividades de mineração, pois a
266 Flona não foi criada com esse objetivo, não havendo como inserir essa prerrogativa
267 durante o processo de licitação. Respondendo ao participante Adalcir, **Robson Vieira**
268 explicou que na legislação já é definida a forma de acesso aos recursos das concessões
269 florestais, o que inclui a elaboração de um projeto de interesse para benefício local, e a
270 apresentação do mesmo para avaliação do Conselho Municipal ou Estadual de Meio
271 Ambiente. O servidor relatou que é de ciência de todos que muitos Conselhos ainda só
272 existem no papel, mas que esta pode ser uma oportunidade para a comunidade local
273 se fortalecer citando como exemplo do que ocorreu no município de Itapuã do Oeste,
274 no qual está localizada a Floresta Nacional Jamari. Robson relatou que impulsionado
275 pela participação social, o Conselho do município de Itapuã do Oeste se estruturou e
276 inovou ao propor uma chamada pública para receber projetos com propostas de
277 aplicação do recurso da concessão. O servidor contou que o processo foi realizado com
278 transparência, sendo um exemplo muito bem-sucedido, e que teve como um dos
279 resultados a reforma da estrutura da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
280 (APAE) do município. Robson Vieira ainda ressaltou que mesmo aqueles projetos que
281 não foram contemplados estão na lista de espera aguardando o próximo recurso e que
282 o maior desafio é organizar a sociedade para participar ativamente desse Conselho.
283 Senhor **Sérgio Amed Silva**, representante da Premium Madeiras Ltda., questionou se
284 os dados do inventário florestal, os dados logísticos de acesso às Unidades de Manejo
285 Florestal, e os preços mínimos comparados com as concessões já implementadas nos
286 Estados de Rondônia e do Pará estão disponíveis. O Senhor **Nã Batista**, representante
287 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, agradeceu o convite e
288 mencionou que a Flona de Humaitá foi criada através de uma doação do Inbra e a
289 satisfação que ele sente ao ver as populações tradicionais sendo beneficiadas com isso,
290 em seguida, questionou se uma mesma empresa pode participar do processo de
291 licitação para concorrer mais de uma área. Nã questionou também se a empresa pode
292 construir uma serraria próxima à área de concessão para evitar ter de atravessar o rio
293 pela balsa e se pode ocorrer o beneficiamento da madeira no local. Respondendo à

294 pergunta do participante Sérgio Silva, **Paulo Carneiro** explicou que o preço mínimo do
295 metro cúbico de madeira extraído é calculado por uma metodologia em que o principal
296 fator considerado é a logística, que o Serviço Florestal Brasileiro está elaborando
297 estudos mais aprofundados sobre a possibilidade de escoar a madeira pelo Rio
298 Machado e que o preço mínimo ainda não está definido. Em relação ao local de
299 processamento da madeira, o diretor explicou que este é definido pelo concessionário,
300 ressaltando que o processamento não pode ser realizado dentro dos limites da Flona,
301 por não essa atividade não estar prevista no Plano de Manejo. Paulo Carneiro salientou,
302 contudo, que a serraria pode estar próxima da unidade de conservação, o que é uma
303 vantagem logística para o concessionário. O Senhor Nã Batista comentou que a
304 construção de uma serraria em local próximo pode valorizar as propriedades da região.
305 Paulo Carneiro informou que o inventário florestal é amostral, não podendo ser
306 considerado como uma garantia da composição da floresta, mas sim um indicativo
307 usado para calcular os gastos, explicando também que o inventário é feito para toda a
308 Flona e não especificamente para cada Unidade de Manejo Florestal. Paulo Carneiro
309 informou ainda que o inventário florestal da área está disponível como anexo da
310 proposta de edital. O Diretor informou também que durante o processo de licitação
311 haverá uma oportunidade de visita à Flona para que os concorrentes no processo
312 possam conhecer o local. Paulo Carneiro informou aos interessados que o contrato
313 possui uma matriz de risco e no que diz respeito ao inventário florestal, o risco é do
314 empresário. Ressaltou que o inventário é amostral de toda a Flona e não por Unidade
315 de Manejo Florestal, e que o documento completo se encontra disponível no anexo 14
316 do edital. Paulo ainda destacou que existe um prazo depois do lançamento do edital
317 para visitar a área, quando o concorrente poderá fazer uma avaliação in loco. Em
318 resposta ao participante Nã Batista, **Robson Vieira** explicou que uma empresa pode
319 ganhar mais de um contrato desde que não fique com mais de 10% da área total
320 disponível para concessão. Paulo Carneiro complementou informando que a legislação
321 já prevê algumas regras para evitar esse tipo de situação e que, geralmente, uma
322 empresa pode até ganhar duas Unidades de Manejo Florestal para explorar, mas é difícil
323 acumular mais que isso, não existindo risco de monopólio. O Senhor **Elias Trepak**
324 representante da Federação de Detentores e Elaboradores de Manejo e Enriquecimento
325 Florestal e dos Usuários de Produtos da Floresta do Estado do Amazonas – Fedemflor
326 questionou a distribuição de recursos, na qual apenas 20% são disponibilizados para o
327 município e 20% pelo estado e o participantes questionou ainda o fato do estado de
328 Rondônia fazer limite com a cidade de Humaitá, o que abre a possibilidade de a madeira
329 explorada ser escoada por Rondônia, o que poderia acarretar na tributação para o
330 estado de Rondônia. O Senhor Elias considerou que essa situação não seria justa para
331 o estado do Amazonas, que teria menos recurso ainda. Cleiton Jiahui, conselheiro da
332 Flona de Humaitá, comentou que na unidade de conservação já houve um incidente da
333 cultura do fogo e questionou como está o alinhamento entre os órgãos para implementar
334 a concessão florestal e se os atores locais irão ter a oportunidade de atuar e colaborar
335 para acessar os projetos. Respondendo ao questionamento do participante Elias
336 Trepak, **Paulo Carneiro** explicou que os percentuais de distribuição dos recursos da
337 concessão florestal são definidos por lei, e dessa maneira não podem ser alterados, e
338 que não é de competência do Serviço Florestal Brasileiro mudar essa forma de
339 distribuição por contrato. O Diretor comentou que é comum a insatisfação com a divisão
340 do recurso, mas infelizmente o órgão não pode interferir por ser algo decretado em lei.
341 Paulo Carneiro ainda mencionou que o impacto positivo de uma concessão florestal vai
342 além do recurso arrecadado, destacando, por exemplo, a geração de empregos, o



343 incremento da renda local, e destacou que outras fontes de arrecadação têm impacto
344 municipal muito maior do que o valor que se aplica na madeira. Paulo citou o exemplo
345 do município de Itapuã do Oeste-RO, onde as concessionárias florestais são as maiores
346 recolhedoras de ICMS do município. Paulo ainda em resposta ao Senhor Elias, que na
347 concessão é utilizada como base o Fator de Agregação de Valor (FAV) para evitar que
348 a madeira seja escoada longe do local, sendo uma escolha do concessionário. O Diretor
349 ressaltou também que os contratos não podem ser rígidos, devendo poder ser ajustados
350 ao longo dos anos. O Senhor **Elias Trepak** ainda comentou que quando se carrega uma
351 carga, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de
352 Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação (ICMS) fica todo para o
353 estado, na hipótese dessa carga sair pelo estado de Rondônia, não ficará nada para o
354 município de Humaitá. Elias também defendeu que os empregos gerados precisam ser
355 para a população local e que os moradores precisam brigar pelo município de Humaitá.
356 Respondendo ao participante Elias, **Paulo Carneiro** explicou que um dos princípios da
357 lei é garantir que o emprego e renda fiquem no município e que todas as sugestões
358 feitas após a audiência pública serão analisadas e aderidas, se elas forem viáveis, mas
359 sem engessar o concessionário para não inviabilizar o contrato. **Robson Vieira**
360 complementou informando que o Conselho Municipal de Meio Ambiente é o espaço para
361 colher todas as contribuições da comunidade local e que são eles que devem definir a
362 melhor forma de utilizar os recursos. Respondendo ao questionamento do conselheiro
363 Cleiton, **Paulo Carneiro** comentou que todo relacionamento institucional passa por
364 fases e que orientação aos servidores é para trabalharem como se os órgãos fossem
365 apenas um, explicando que se algum envolvido e interessado apresentar uma demanda
366 ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e esta, por sua vez, for
367 de competência do Serviço Florestal Brasileiro, o ideal é que essa demanda seja
368 encaminhada de um órgão para o outro e que os órgãos conversem entre si. O Diretor
369 ressaltou que no presente momento não existe a possibilidade de ser implantada uma
370 Unidade do Serviço Florestal Brasileiro no município de Humaitá pelo fato do número
371 de servidores ser baixo, existindo apenas três unidades regionais no país e que, ao final
372 do processo, o concessionário terá um contato maior com o Serviço Florestal Brasileiro
373 e a comunidade local com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
374 **Simone Nogueira** complementou ressaltando que é de interesse da Coordenação
375 Regional de Porto Velho retomar as atividades da unidade de um modo mais constante
376 no ano de dois mil e vinte. A Coordenadora explicou que essas atividades são
377 programadas com bastante antecedência e que espera poder estar mais presente no
378 município, apesar de contar com uma equipe reduzida no órgão. Após isso, o Senhor
379 **Paulo Malinski**, representante da empresa Malinski Madeiras, questionou a
380 possibilidade de o concessionário construir uma pista de voo para retirada de pessoas
381 acidentadas. **Paulo Carneiro** explicou que todas as construções de infraestruturas
382 dentro de cada Unidade de Manejo Florestal precisam estar presentes no Plano que o
383 concessionário irá submeter, contudo, pistas de pouso só podem ser construídas a partir
384 das normas presentes no Plano de Manejo da Unidade de Conservação, sendo
385 necessária uma autorização para a mesma. O Senhor **Nelson Casagrande**, presidente
386 da rádio comunitária da cidade de Humaitá, perguntou se a madeira pode sair do estado
387 toda em pranchas ou se deve ser industrializada, pois no Amazonas há redução de
388 tributos para a madeira transformada em outros produtos e não só transformada em
389 pranchas o que também pode reter mais empregos e um preço maior em cada metro
390 cúbico de madeira. Paulo Carneiro informou que o Serviço Florestal Brasileiro tenta
391 interferir o mínimo possível no negócio do dono da serraria, ressaltou que vale a pena

392 verificar a norma para balizar o Fator de Agregação de Valor (FAV), dependendo da
393 quantidade é necessário fazer algo um pouco mais refinado do que o pranchão, Paulo
394 enfatizou que o órgão pretende viabilizar o processo para que possa atingir mais
395 pessoas, sendo que a ideia é de que o concessionário possa vender sua madeira para
396 uma serraria local, sendo essa por sua vez a que possa processar a prancha e
397 transforma-la em outro produto. O Senhor **Fábio Ferreira**, Engenheiro Florestal,
398 questionou se as espécies exploradas são definidas pelo concessionário ou existe uma
399 relação de espécies mínimas a serem exploradas. **Paulo Carneiro** informou que nos
400 primeiros contratos existia a obrigação de explorar um número mínimo de tantas
401 espécies no começo do contrato, porém essa obrigação foi retirada posteriormente,
402 informando que o órgão pretende incentivar o uso do maior número de espécies, sendo
403 o valor para pagamento calculado a partir de uma metodologia utilizada no Serviço
404 Florestal Brasileiro. O Diretor explicou que o Sistema de Cadeia de Custódia contabiliza
405 a produção a cada três meses, quando se transporta para fora da Unidade de Manejo
406 Florestal, a composição do que se tira é determinada pelo Plano de Manejo Florestal,
407 sendo que o limite de volume de madeira explorado gira em torno de vinte e cinco metros
408 cúbicos por hectare. Senhor **Fábio Ferreira** questionou se existe definição de um
409 volume mínimo a ser produzido pelas empresas concessionárias. **Paulo Carneiro**
410 explicou que não existe um valor mínimo de metros cúbicos a serem produzidos pela
411 empresa, mas que existe o Valor Mínimo Anual (VMA) a ser pago ao Serviço Florestal
412 Brasileiro. O Senhor **Heron Salazar**, conselheiro da Flona de Humaitá, questionou se já
413 foi realizada alguma experiência para se chegar a um modelo adequado, cobrando um
414 valor em cima do faturamento ao longo da exploração. **Paulo Carneiro** explicou que
415 existe uma discussão que foi levantada pelos concessionários, pois eles se organizam
416 em uma associação. O Diretor informou que existe uma proposta para ao invés de
417 cobrar por metro cúbico de madeira extraída, receber por outorga uma porcentagem do
418 faturamento. Paulo ressaltou que a vantagem para o concessionário nessa situação é
419 dividir o risco com o Serviço Florestal Brasileiro. O Diretor enfatizou que o modelo atual
420 não absorve isso, porém essa situação está sendo discutida. O Senhor **Sérgio Amed**
421 **Silva** comentou que sua pergunta feita anteriormente não havia sido respondida, sendo
422 essa sobre o preço por metro cúbico de madeira que está sendo aplicado nos estados
423 de Rondônia e do Pará. **Paulo Carneiro** informou que o preço varia de trinta a cento e
424 quarenta reais por metro cúbico de madeira, ressaltando que os valores exatos podem
425 ser acessados no site do Serviço Florestal Brasileiro. O Diretor salientou que a logística
426 necessária para exploração de cada área influencia bastante no preço do metro cúbico
427 da madeira. Não havendo mais questionamentos, o Diretor Paulo Carneiro agradeceu
428 a participação de todos, ressaltando que o processo de consulta pública não está
429 finalizado e que o Serviço Florestal Brasileiro está aberto a receber outras contribuições
430 até o prazo final da consulta pública. O Diretor enfatizou que o órgão irá trabalhar firme
431 para cumprir o cronograma planejado, com expectativa de ter os contratos assinados e
432 toda estrutura funcionando até início do ano de dois mil e vinte e um. Paulo Carneiro
433 agradeceu a equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do
434 Serviço Florestal Brasileiro e aos projetos internacionais que contribuíram para que a
435 audiência pública acontecesse. O Diretor agradeceu também a participação de todos,
436 reforçando que a comunidade local pode fazer contribuições para a proposta de
437 concessão florestal até o dia dez de janeiro de dois mil e vinte. A Senhora **Waldelice**
438 **Salgado**, representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, comentou que a
439 região tem muito a ganhar com a concessão florestal, pois essa freia o desmatamento
440 ilegal e a comunidade tendo condições ganha benefícios para o município. **Paulo**



441 **Carneiro** agradeceu as palavras da Senhora Waldelice e por não haver mais
442 questionamentos deu por encerrada a audiência pública às doze horas e sete minutos
443 do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezenove. Nada mais havendo a tratar, eu,
444 Poliana da Silva Pereira consultora no Projeto Gestão Florestal para a produção
445 sustentável na Amazônia, lavrei a presente Ata.